



EMENDA Nº - PLEN
(à MPV 1073/2021)

Incluam-se os arts. 2º e 3º na Medida Provisória nº 1073/2021:

“Art. 2º Finalizada a prorrogação prevista nessa lei, o Poder Executivo Federal deverá suprir a necessidade de pessoal prevista no art. 1º por meio de concurso público, vedada nova contratação temporária.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

Conforme esclarece a Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 1.073, de 2021, as atividades desempenhadas nos contratos por tempo determinado que o governo federal deseja renovar são serviços de grande relevância para a saúde pública nacional. São atividades essenciais e fundamentais nos órgãos públicos vinculados e dependem de mão de obra especializada.

Por isso, torna-se necessário que cada instituição pública detenha servidores efetivos em seu quadro permanente de pessoal, pois evita manobras por parte do governo federal, como essa da MP 1073/2021, que cria uma autorização legal para “a prorrogação da prorrogação”, o que não é permitido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

E como são atividades essenciais da ANS e Ministério da Agricultura, a contratação de servidores efetivos para seus quadros é a solução adequada para que tais atribuições sejam desempenhadas por profissionais com vínculo permanente com os órgãos.

Sala das Sessões,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)